

# Projeto Olhos D'Água da Amazônia – Alta Floresta (MT)

*Alexandre Hideo Sasaki\**

## Resumo

No presente estudo é analisado o desenvolvimento do projeto Olhos d'Água da Amazônia, de Alta Floresta (MT). O objetivo do ensaio é apresentar a evolução do projeto nos anos 2011 e 2012. Como procedimentos metodológicos, são utilizados a pesquisa bibliográfica da literatura, entrevistas e análise documental.

## Abstract

This study analyses the development of the Olhos d'Água da Amazônia project in Alta Floresta, Mato Grosso. The aim of the paper is to present the evolution of the project in the years of 2011 and 2012. The used methodology of work was the bibliographical research of literature on the subject, interviews and documents.

## 1. Introdução

O presente ensaio tem como objetivo apresentar as atividades desenvolvidas no projeto “Olhos d'Água da Amazônia”, que pertence ao conjunto de ações apoiados pelo Fundo Amazônia.

O projeto promovido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Alta Floresta (SECMA) apresenta como objetivo geral:

“viabilizar a inclusão das pequenas propriedades rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR), e implementar um conjunto de ações integradas de diagnóstico monitoramento e controle visando promover a redução das taxas de desmatamento e queimadas incluindo assim o município de Alta Floresta no rol dos municípios considerados com desmatamento monitorado e sob controle” (Alta Floresta, 2009, p. 21).

## 2. Instituição Proponente

A instituição proponente do projeto “Olhos d'Água da Amazônia” é o Município de Alta Floresta – MT. As atividades foram conduzidas pela SECMA, que é o órgão central da política municipal de Meio Ambiente. O mecanismo de controle social das atividades do órgão se dá por meio do Conselho Municipal do Meio

---

\* Doutorando em Administração – FEA/USP

Ambiente, de função deliberativa e consultiva e do Fundo Municipal de Meio Ambiente, que tem como função auxiliar a “articulação financeira dos projetos e campanhas da secretaria, favorecendo a transparência e sua relação com as organizações da sociedade” (Município de Alta Floresta 2009, p. 9).

A SECMA apresenta como principais parceiros o Ministério Público Estadual, a Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, o Instituto Centro de Vida – ICV, Instituto Ouro Verde, a Fundação Ecológica Cristalino, Instituto Floresta, a Sociedade Formigas e agricultores, Salgado Agropecuária (cooperativa de produtores rurais) e Sindicato Rural. A partir da realização de parcerias interinstitucionais, a SECMA busca viabilizar cooperação técnica, absorver tecnologias dominadas pelo parceiro e o acesso a recursos estratégicos como mão de obra especializada e informações de georreferenciamento.

### **3. Concepção do projeto**

O entendimento da dinâmica de ocupação e colonização do município de Alta Floresta faz-se necessário para a compreensão das ações desenvolvidas no Projeto Olhos d'Água da Amazônia. Assim, será relatado brevemente o processo de colonização de Alta Floresta.

Durante a década de 1970, o governo militar intensifica a atividade de colonização da região amazônica. Este processo é desenvolvido a partir de projetos de colonização privada e oficial. O objetivo foi a garantir uma ocupação controlada da região, evitando invasões de posseiros, estrangeiros ou até de grupos contrários ao governo militar. Foi como consequência desta ação de colonização da Amazônia mato-grossense que o município de Alta Floresta surgiu.

Os colonos - como são chamados os produtores rurais que atuaram na região - foram atraídos de suas regiões de origem (principalmente centro e norte do Paraná, interior de São Paulo e Rio Grande do Sul), pelo sonho de possuir seu pedaço de terra e encontrar uma saída para a crise que enfrentavam em seus locais de procedência, resultado da mecanização da agricultura e dos conflitos pela posse da terra.

Ao longo do processo, o produtor rural sempre tinha na propriedade da terra como legitimador do seu domínio sobre tudo o que dela faz parte. A produção agrícola direciona a sua atuação e tudo que dificulta esta atividade é considerada como empecilho. Esta lógica de atuação deu margem à ação predatória por parte dos produtores, inclusive com incentivo pelas empresas colonizadoras e do Estado, uma vez que o processo de ocupação de da Amazônia mato-grossense era considerado bem-sucedido.

Como pode ser observado, não existia – desde o início da ocupação da região – qualquer tipo de preocupação com a ocupação racional da terra e o desenvolvimento sustentável. A lógica de atuação é considerar a terra apenas como fonte para extração de recursos e a destruição ambiental é uma consequência aceitável e inevitável do processo (DUARTE, 2008).

A região que hoje abriga o município de Alta Floresta foi colonizada pela empresa Integração, Desenvolvimento Colonização (INDECO), que também foi responsável pelos projetos de colonização que criaram os municípios de Paranaíta, Apiacás, Nova Monte Verde, Nova Bandeirantes e Carlinda, todos na mesma região (INDECO, 2013).

A colonizadora foi fundada por Ariosto da Riva, um empresário com origem em Agudos (SP), com propriedades rurais e negócios em Marília, Vera Cruz e Garça (SP). Em 1973, realiza a aquisição de uma gleba de propriedade privada de 418 mil hectares no extremo norte do Estado do Mato Grosso. No mesmo ano, soma-se uma área de 400.000 hectares, vendidos pelo governo do Estado de MT.

Após a construção de infraestrutura básica (pontes, estradas, escolas e hospital), dá-se início ao povoamento do município em 1976. No final da década de 1970 a descoberta de ouro modifica rapidamente a dinâmica de ocupação do município, antes baseado na produção agrícola. Recebendo garimpeiros da região norte e nordeste, Alta Floresta observa um crescimento explosivo da população, saltando de cerca de 8.000 habitantes em 1979 para 150.000 entre os anos de 1983 e 1989 (IBGE, 2013). Este período é marcado por um processo de instabilidade social na região, com relatos de muitos conflitos entre os colonos e os garimpeiros. A atividade de garimpo, pelo uso do mercúrio e ausência de preocupação com a preservação ambiental, traz reflexos negativos significativos ao solo, assoreamento dos rios e contaminação das águas com metais pesados.

Após o final do "ciclo do ouro" no município, Alta Floresta vê sua população reduzida a aproximadamente 50.000 habitantes, número próximo do atual. Do processo de colonização, fica clara a dinâmica: uma economia baseada na exploração de recursos naturais e ausência de preocupação com a ocupação racional e desenvolvimento sustentável. Como poderá ser observado ao longo deste ensaio, este *ethos* exploratório, forjado desde sua colonização e sedimentado ao longo de décadas, teve impacto relevante nas estratégias de atuação da equipe do projeto. A equipe precisou, em muitos momentos,

As atividades do projeto Olhos d'Água da Amazônia foram articuladas em oito subprojetos (ações). Cada uma conta com uma equipe própria, que detém o conhecimento técnico especializado necessário para a realização das atividades planejadas e consecução dos objetivos propostos.

O responsável pela articulação de atividades entre as ações é o Coordenador

Executivo, senhor José Alessandro Rodrigues, que também desempenha as atividades relacionadas ao controle financeiro, interlocução junto às organizações parceiras e representantes políticos do município (prefeito e vereadores), além de executar as ações de planejamento com a Secretária da Meio Ambiente.

O valor total do projeto é de R\$ 2.781.314,00, cujos recursos são totalmente oriundos do Fundo Amazônia. No quadro 1, apresentado a seguir, é apresentada uma síntese das ações propostas.

### Quadro 1

#### Consolidação das Ações – Projeto Olhos d'Água da Amazônia

Ação	Descrição da ação e atividades envolvidas	Custo (% Custo Total)
Ação 1: Produzir o diagnóstico ambiental do município de Alta Floresta e elaboração dos projetos de recuperação de áreas degradadas – PRAD	Construção do cadastro ambiental do município como um todo e especificamente das propriedades familiares, onde serão gerados mapas temáticos e construído um banco de dados georeferenciado com informações estratégicas em uma escala que atenda a demanda apresentada. Elaboração dos PRAD das propriedades rurais familiares de até 200 hectares com levantamento e definição dos perímetros, medição e cálculo da área, elaboração de plantas, memorial descritivo e mapas das propriedades.	580.306,96 (20,9%)
Ação 2: Inserir propriedades familiares no Cadastro Ambiental Rural (CAR) do Estado do Mato Grosso	Registro das informações geradas pelas ações anteriores no Cadastro Ambiental Rural mantido pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA).	28.150,00 (1,0%)
Ação 3: Capacitação dos atores do projeto	Desenvolvimento de oficinas, palestras e dias de campo para capacitação dos atores envolvidos no processo. A capacitação será realizada inicialmente através da formação de multiplicadores que posteriormente irão formar os agricultores de forma a atender a 58 comunidades existentes na área rural do município.	207.532,60 (7,5%)
Ação 4: Realização de levantamento florístico das espécies remanescentes e seleção de espécies para recomposição	Levantamento florístico, que constituirá numa fonte de orientação necessária das informações qualitativas para recuperação como nível de riqueza da biodiversidade das espécies que potencialmente podem ocorrer e a importância relativa dos diferentes grupos de espécies.	4.350,00 (0,2%)
Ação 5: Implantação de Projetos Demonstrativos de adequação ambiental das propriedades rurais e fomento as atividades de Recuperação	Implementação de projetos demonstrativos em algumas propriedades chaves, com o objetivo de servirem de exemplo aos demais produtores. O processo de implantação será através de sistemas agroflorestais biodiversos multiestratificados com plantio através de sementes e mudas.	1.579.942,80 (56,8%)
Ação 6: Implementar o Sistema de Monitoramento Ambiental do desmatamento e das queimadas	Ampliação e estruturação do aparato institucional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - consta da ampliação da infraestrutura existente, através da adequação do espaço físico, aquisição de hardware e softwares e capacitação e ampliação da equipe.	51.809,04 (1,9%)

Ação 7: Assegurar a coordenação, monitoria e avaliação do projeto	Criação de um comitê de Monitoria e Avaliação, composto por um representante de cada unidade parceira, com o objetivo de avaliar e monitorar as atividades do projeto. A avaliação e monitoria serão desenvolvidas em dois níveis: avaliação de resultados e avaliação de impactos.	218.960,00 (7,9%)
Ação 8: Elaboração de um programa socioambiental de adesão as ações de recuperação co-compartilhada junto aos atores sociais	Elaboração e estruturação de um Plano de Comunicação necessário ao programa socioambiental de adesão, sendo uma das estratégias, a campanha "Adote uma Nascente". Lançamento da campanha "Adote uma Nascente" junto à sociedade altaflorestense (escolas públicas e particulares, universidades, clubes de serviços, movimentos sociais, sindicatos de diversas categorias, igrejas, associações comunitárias)	110.290,00 (4,0%)

#### 4. Execução

Ao final do projeto, um total de 2780 projetos de Cadastro Ambiental Rural foram desenvolvidos, cobrindo uma área equivalente a 83% do total do município. Embora não tenham sido delineadas metas de cadastramentos, pode-se afirmar que os resultados obtidos superam os esperados. O resultado permitiu que o município fosse retirado da Lista do Ministério de Meio Ambiente dos Municípios com Alto Nível de Desmatamento.

Destaca-se a que criação de parceria da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SECMA) com a Secretaria do Meio Ambiente de Mato Grosso foi determinante para a consecução dos objetivos desta ação. A criação da parceria permitiu a redução - e posterior extinção - da taxa de protocolo de CAR. As taxa, cujo valor é proporcional ao tamanho da propriedade, com o valor total estimado em R\$ 11.500,00, representava uma barreira para a regularização fundiária ao pequeno produtor. Todo o processo de regularização fundiária, quando realizada no Projeto Olhos d'Água, tem custo total estimado em apenas R\$ 1.000,00. De acordo com o coordenador do projeto, o desenvolvimento do CAR pelo projeto permitiu uma economia total de R\$ 17 milhões.

O desenvolvimento de Unidades Demonstrativas (UD) teve um caráter estratégico. As UD são utilizadas como referenciais de melhores práticas para os demais produtores e como base para o desenvolvimento de cursos e oficinas. Nas UD foram desenvolvidas atividades de correção de PH do solo e adubação; construção de piquetes e estrutura para implementação de manejo de pastagem rotativa. O objetivo apresentado de construção de 20 UD foi atingido.

As ações de monitoramento ambiental (Ação 6) tiveram como objetivo precípuo a retirada de Alta Floresta da lista de municípios sujeitos à ações prioritárias de prevenção e controle do desmatamento na Amazônia, criado pelo Ministério do Meio Ambiente. Assim, os seguintes critérios precisam ser atendidos:

possuir 80% de seu território, excetuadas as unidades de conservação de domínio público e terras indígenas homologadas, com imóveis rurais devidamente monitorados por meio de Cadastro Ambiental Rural; o desmatamento ocorrido em 2010 tenha sido igual ou menor que 40 km<sup>2</sup>; a média do desmatamento nos períodos de 2008-09 e 2009-10 tenha sido igual ou inferior a 60% em relação à média do período de 2005-06, 2006-07 e 2007-08.

A partir das atividades de georreferenciamento, realizadas na ação 1 e aos levantamentos desenvolvidos pelo Instituto Centro de Vida (ICV), houve um levantamento detalhado no número das nascentes do município. A equipe realizou a vetorização e cadastro de 8.315 nascentes, aperfeiçoando o banco de dados anterior, que detinha informações de apenas 6.454. Foram identificados também 23.047 segmentos de rio de diferentes comprimentos em toda extensão do município, com 9.754 localizados na região de agricultura familiar e 517 em regiões em processo de recuperação.

A partir dos dados do sistema PRODES do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), foram levantadas informações relativas aos desmatamentos referentes aos anos de 2009 e 2010: 711.957 e 290.696 hectares, respectivamente. Ao longo do ano de 2010 foram identificados 61 focos de queimadas; número que foi reduzido a 31 no ano de 2011. Em 2012, foram identificados 30 focos de queimadas.

Ao observar a criação do banco de dados de nascentes e de georreferenciamento das propriedades rurais (construído na Ação 1) e também da redução no número de queimadas observadas, conclui-se que a Ação foi desenvolvida com sucesso.

## **5. Interface com o BNDES**

De acordo com relato do coordenador do projeto, a relação entre a SECMA e o BNDES é positiva. Cabe ressaltar que foi por iniciativa do BNDES que a SECMA tomou conhecimento e foi incentivada a apresentar projeto e utilizar recursos do Fundo Amazônia.

A equipe destaca como fator que dificulta a execução do projeto, a necessidade de certificações das tecnologias e técnicas utilizadas. Um exemplo está na recuperação de nascentes degradadas a partir da criação de agroflorestas. A utilização da técnica chamada de “muvuca” (utilizando sementes de várias espécies), ao invés da utilização de mudas, mostra-se mais eficiente e menos custosa, mas não tinha certificação, inviabilizando sua adoção pelo projeto. Neste caso específico, esta limitação foi eliminada por iniciativa do presidente do BNDES e a técnica foi utilizada. Mas este episódio ilustra que tecnologias, mesmo promissoras

e reconhecidas como ideais podem ser inviabilizadas pela falta de certificação.

## 6. Análise dos Resultados

Nesta seção é realizada uma avaliação qualitativa das ações desenvolvidas no projeto Olhos d'Água da Amazônia. A partir da análise dos resultados, conclui-se que os objetivos apresentados ao BNDES e definidos na assinatura do contrato com o Fundo Amazônia foram todos atingidos.

Destacam-se os excelentes resultados obtidos no desenvolvimento do Cadastro Ambiental Rural (CAR), nas atividades de georreferenciamento e também no sistema (banco de dados) de monitoramento a queimadas criado pela equipe do projeto. Embora não exista - até o momento - um mecanismo para avaliar quantitativamente os resultados práticos da criação das Unidades Demonstrativas e do levantamento florístico, entende-se que são ações que, inegavelmente, trarão benefícios para o município em médio e longo prazos. A saída de Alta Floresta da lista do Ministério do Meio Ambiente dos municípios críticos do desmatamento da Amazônia reflete os resultados positivos do projeto.

A atuação do coordenador executivo - Sr. José Alessandro Rodrigues - mostrou-se de importância central para a realização bem-sucedida das atividades. A articulação e integração dos trabalhos dos colaboradores em duas ou mais ações, que foi realizada com sucesso, não é trivial e exige um trabalho de coordenação significativo. Para facilitar a troca de informações entre os colaboradores, duas estratégias simples, porém efetivas, foram aplicadas: semanalmente, realiza-se um café da manhã com todos os participantes. Cada colaborador apresenta as experiências desenvolvidas na Ação de sua responsabilidade. Além disto, a sala de trabalho do projeto tem um *layout* em forma de U, onde todos os funcionários compartilham do mesmo espaço físico, frente a frente, facilitando a troca de informações e também o processo de supervisão.

O projeto foi concluído em dezembro de 2012, com a expectativa de desenvolvimento da segunda fase, que tem como foco o desenvolvimento sustentável. No momento de conclusão deste ensaio, agosto de 2013, o novo projeto está com *status* "Em análise" perante o BNDES.

No período de visita do pesquisador ao projeto, os técnicos e demais colaboradores estavam há cinco meses sem remuneração, mas mesmo assim mantinham suas atividades cotidianamente. Questionados da razão desta atitude, afirmaram que não poderiam "*esvaziar o projeto e correr o risco de perder a confiança dos produtores rurais*". De acordo com o coordenador, como a sala da SECMA recebe, diariamente, visitas de produtores rurais, a ausência dos técnicos

poderia ser interpretada como um indício de não continuidade do projeto, dificultando o início da sua segunda fase e a manutenção dos vínculos entre técnicos e produtores.

Este aspecto deve ser destacado, pois a maior dificuldade apontada pelos técnicos se refere à resistência dos produtores rurais, que observam na SECMA e no agente público um “oponente” e não um parceiro. Além disto, o produtor rural não entende a necessidade do desenvolvimento sustentável e na preservação de sua propriedade rural, pois no momento da colonização, na posse da terra e nas décadas seguintes, houve o incentivo de uma ação contrária, totalmente exploratória, conforme relatado no segundo tópico deste ensaio. Assim, um dos objetivos do projeto, embora não declarado, está na mudança do ethos do produtor rural. Os esforços neste sentido ficam evidentes nas entrevistas e também ao observar que a equipe articulou muitas atividades de orientação e sensibilização do produtor.

## **7. Considerações para Aperfeiçoamento para Aperfeiçoamento do Projeto e Fundo Amazônia**

Pode ser observado na experiência de Alta Floresta que o desenvolvimento de um projeto em uma prefeitura traz dificuldades adicionais. O gestor público precisa, por obrigação legal, orientar suas atividades pela Lei de Responsabilidade Fiscal, além de prestar contas ao Poder Legislativo local. Estas restrições, necessárias para o ordenamento da Administração Pública, são aplicadas automaticamente para as ações do projeto, o que pode dificultar sua execução e gerar problemas administrativos. Como exemplo desta dificuldade, todos os pagamentos a fornecedores da Prefeitura - e, como consequência, do projeto - foram “congelados” no segundo semestre de 2012, para que não houvesse infração da Lei de Responsabilidade Fiscal. Todos os pagamentos de fornecedores foram quitados apenas em 2013 e no segundo semestre de 2012 novas compras foram adiadas.

Outra dificuldade que pode ocorrer no desenvolvimento de projetos em prefeituras está nas situações em que exista mudança na Administração Municipal. Embora a mudança no poder executivo municipal, ocorrida em 2013, não tenha refletido em mudanças relevantes na organização deste projeto, existindo inclusive pressão por parte dos produtores rurais para a manutenção das atividades, esta possibilidade pode existir nos demais projetos do Fundo Amazônia. Este é um fator de instabilidade que não pode ser desconsiderado nos convênios realizados pelo Fundo Amazônia com Estados e Município, uma vez que o cronograma dos projetos



do Fundo Amazônia não está alinhado ao calendário político.

Destaca-se os recursos escassos direcionados à Secretaria Municipal do Meio Ambiente, que contava, em maio de 2012, com apenas quatro funcionários, sendo que dois trabalham no viveiro do município e apenas dois têm função administrativa. Sem os recursos do Fundo Amazônia, as ações de regularização fundiária e monitoramento ambiental desenvolvidos no projeto não seriam possíveis. Além disto, questiona-se a capacidade do município em realizar atividades contínuas de monitoramento ambiental, desenvolvimento sustentável e dar continuidade às ações desenvolvidas após a conclusão da segunda fase do projeto.

Embora existam tentativas destacáveis em registrar as atividades desenvolvidas e criar uma memória técnica do projeto, a experiência adquirida não é totalmente documentada e é de domínio apenas dos técnicos do projeto. Desta forma, grande parte do conhecimento criado ao longo da sua execução é tácito. Desta forma, sugere-se a criação, por parte do BNDES, de protocolos e orientações que permitam sistematizar a documentação das ações, com objetivo de facilitar a replicação dos projetos realizados para outros municípios da Amazônia Legal, permitindo ganho de escala. Assim, espera-se que o conhecimento construído no projeto Olhos d'Água da Amazônia não seja perdido ao final da execução de sua segunda fase.

Embora a experiência de regularização fundiária do município possa ser considerada bem-sucedida, Alta Floresta representa apenas 1% da área de todo o Estado. Diante disto, sugere-se a criação de mecanismos que permitam a articulação de projetos abrangendo uma região e não apenas municípios isolados. Como exemplo, os municípios vizinhos de Carlinda, Nova Canãa, Colíder, entre outras, enfrentam os mesmos problemas ambientais de Alta Floresta. A execução de projetos intermunicipais permitiria promover uma maior eficiência e eficácia na utilização dos recursos do Fundo e na consecução dos objetivos para os quais ela foi criada.

Outra sugestão para o BNDES está na criação de um sistema administrativo de retaguarda que facilite e sistematize a prestação de contas relativa ao projeto. Em equipes de trabalho enxutas, como é o caso em estudo, a atividade de controle financeiro gera um demanda de trabalho significativo na digitação de planilhas, que não são padronizadas. A criação de um sistema remoto - via internet - permitiria a padronização na prestação de contas e ganho de produtividade, além de facilitar a posterior divulgação das informações no portal do Fundo Amazônia.

## 8. Referências Bibliográficas

BNDES. Fundo Amazônia: Relatório anual de atividades. 2009.

\_\_\_\_\_. Fundo Amazônia: Relatório anual de atividades. 2010.

\_\_\_\_\_. Fundo Amazônia: Relatório anual de atividades. 2011.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A lenda do ouro verde**. Campinas, 1986. Dissertação (Mestrado em História). Unicamp, 1986.

IBGE. **Estatísticas populacionais**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> . Acesso em 26 de junho de 2013.

INDECO. **Projeto de Colonização**. Disponível em: <http://www.colonizadoraindeco.com.br> . Acesso em 27 de junho de 2013.

Município de Alta Floresta - 2009. **Projeto “Olhos d’Água da Amazônia”**.

Município de Alta Floresta - 2012. Relatório executivo - Projeto “Olhos d’Água da Amazônia”.

SELUCHINESK, Rosane Duarte Rosa. **De heróis a vilões: imagem e autoimagem dos colonos da Amazônia mato-grossense**. 2008. 279 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Brasília: UnB, 2008.